



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

FATO SOCIAL E TIPO IDEAL: a objetividade na produção do conhecimento nas ciências sociais

Romualdo da Silva Sales¹, Josemário da Silva Sousa², Judemário da Silva Sousa³, Maisa Jussara Rocha Cardoso⁴



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p1234-1248>

Artigo recebido em 24 de Fevereiro e publicado em 24 de Abril de 2026

Revisão de Literatura

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar uma breve discussão teórica acerca da ideia de objetividade na produção do conhecimento nas ciências sociais. Nesse sentido, concebemos relevante compreender as concepções científicas apontadas pela modernidade, particularmente no que toca à tese de neutralidade em relação aos objetos analisados. Desta feita, destacamos a 'imparcialidade' na produção metodológica das ciências naturais e sua importação para análise da realidade social, sobretudo no contexto de emergência das ciências sociais. O enfoque da discussão proposta neste artigo volta-se para pensar a ideia de objetividade em dois clássicos da Sociologia, a saber: Émile Durkheim e Max Weber. O recorte sobre as obras destes autores enfatiza as contribuições deles para a produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: Conhecimento. Objetividade. Weber. Durkheim. Ciências Sociais.

SOCIAL FACT AND IDEAL TYPE: objectivity in the production of knowledge in the social sciences

ABSTRACT

This article aims to present a brief theoretical discussion about the idea of objectivity in the production of knowledge in the social sciences. In this regard, we consider it relevant to understand the scientific conceptions indicated by modernity, particularly regarding the thesis of neutrality in relation to the objects analyzed. Accordingly, we highlight 'impartiality' in the methodological production of the natural sciences and its importation for the analysis of social reality, especially in the context of the emergence of the social sciences. The focus of the discussion proposed in this article is to reflect on the idea of objectivity in two classics of Sociology, namely: Émile Durkheim and Max Weber. The focus on the works of these authors emphasizes their contributions to the production of knowledge in the human and social sciences.

Keywords: Knowledge. Objectivity. Weber. Durkheim. Social Sciences.

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

2 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

3 Licenciado em História pela Faculdade Unica.

4 Licenciada em Pedagogia pela Faculdade FAEL.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar uma breve discussão teórica acerca da ideia de objetividade científica utilizando-se dos modelos teórico-metodológicos de dois autores clássicos da Sociologia, a saber: Émile Durkheim e Max Weber. O enfoque volta-se para analisar as suas contribuições no campo da produção do conhecimento nas ciências sociais, destacando as configurações de suas análises para a promoção de discussões em torno da questão da legitimidade do saber científico.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a concepção de ciência apresentada pela modernidade, visto as existentes dicotomias no tocante aos campos das ciências naturais e das ciências da cultura. Segundo Rodrigues, Neves & Anjos (2016), a concepção de ciência, a partir das proposições analíticas do método cartesiano, possui características lineares, realísticas, causais e deterministas, tendo na construção metodológica articulada à visão de neutralidade como chave para assegurar a produção do conhecimento cientificamente reconhecido. Nessa cosmopercepção, são elaborados os métodos das ciências naturais, partindo de leis gerais e baseados nas composições de causa e efeito.

Os autores supracitados afirmam que inicialmente esses métodos foram importados para as ciências humanas e sociais, uma vez que se acreditava compreender os fenômenos sociais de forma autônoma em relação aos valores, estabelecendo leis gerais para sua explicação, reiterando a tese da neutralidade como central na produção do conhecimento científico.

Porém segundo Rodrigues, Neves & Anjos (2016) os objetos das ciências sociais, em contraposição aos das ciências naturais, nascem complexos e dinâmicos sendo incompatíveis como construções metodológicas rígidas, que não conseguem compreender suas especificidades. A análise da realidade social implica a apreensão de uma gama discursos, saberes, valores e práticas investidos por dimensões sociais e simbólicas, processo que não pode ser enquadrado a partir de relações causais como os precursores das ciências sociais concebiam.

Essas especificidades dos objetos e métodos das ciências naturais e sociais marcam a dicotomia entre estas duas áreas de produção do conhecimento, provocando grandes debates e influenciando clássicos da Sociologia, no que toca à produção do

conhecimento nas ciências sociais.

Nessa discussão, destacamos a relevância de pensar como a objetividade é apreendida do ponto de vista metodológico-conceitual partindo da sociologia de Émile Durkheim a partir da obra *As Regras do Método Sociológico* (2007) e Max Weber a partir da obra *Metodologia das Ciências Sociais* (2001). O recorte sobre essas obras demonstra como estes autores desenvolvem suas análises apresentando especificidades e oposições no tocante à produção do conhecimento sociológico.

Em relação à estrutura textual, além desta introdução, o artigo encontra-se dividido em três seções, seguidas pelas considerações finais e referências. As nuances que permeiam a objetividade nas ciências naturais e sociais são tratadas na primeira seção, informando as especificidades e aproximações entre elas. As discussões acerca do fato social, enquanto mecanismo teórico-metodológico para a produção objetiva do conhecimento nas ciências sociais, constituem a segunda seção. A terceira seção recupera as análises de Max Weber no que se refere à ação social como estratégia teórico-metodológica.

1. OBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS NATURAIS E SOCIAIS

A produção do conhecimento científico, em larga medida, encontra no rigor metodológico o mote para produzir e legitimar discursos e saberes socialmente legitimados. Nesse contexto, inicialmente, a busca pela objetividade se configura como central na produção e validação deste conhecimento, num esforço para produzir saberes ‘depurados’ de elementos subjetivos que poderiam intervir na apreensão da realidade dos objetos analisados.

Nesse sentido, a produção do conhecimento científico nas ciências naturais, no que toca à apreensão metódica e sistemática dos objetos analisados, se configurou com modelo, tendo em vista à ‘imparcialidade’ do pesquisador em relação ao objetivo analisado, visto que objeto dessas ciências é exterior aos sujeitos, podendo ser analisado de forma ‘autônoma’. Nesse sentido, vale salientar a capacidade de manipulação do objeto de forma experimental, fornecendo condições para elaborações de leis causais universais.

A partir das contribuições de Osterne, Brasil & Almeida (2013), percebemos que

esse projeto de ciência enfatiza a racionalidade como forma de controle da natureza e autonomia individual proposta pela modernidade, enfocando sobretudo as contribuições do positivismo. Este defende o conhecimento científico como única forma de conhecimento verdadeiro, processo que subalterniza outros discursos e saberes que não seguem o rito metodológico utilizado por este projeto de ciência.

A emergência das ciências sociais no século XIX, processo forjado pela necessidade de compreender a complexidade das relações sociais, sobretudo no contexto da I Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a partir da influência de Auguste Comte e, em certa medida, através de Émile Durkheim - embora este não tenha se limitado a este paradigma - incorporou esses pressupostos na tentativa de assegurar maior grau de legitimidade a sua produção científica. Nessa perspectiva, Silva (1996) destaca que as teorias sociológicas clássicas, diante da necessidade de estabelecer métodos, sobretudo na perspectiva de assegurar legitimidade científica, procuraram discutir sobre as questões de objetividade e subjetividade na produção do conhecimento sociológico, articulando a objetivação das relações indivíduo/sociedade, tentando estabelecer suas causalidades, regularidades e finalidades ontológico-sociais.

Na tentativa de estabelecer uma produção científica do conhecimento sociológico, Durkheim (2007) afirma que os fatos sociais¹, expressão concreta da consciência coletiva, se configuram como formas de pensar, sentir e agir exteriores aos indivíduos, exercendo uma força coercitiva sobre os mesmos, devem fornecer as bases para assegurar a objetividade no campo das ciências sociais, particularmente da Sociologia.

Durkheim (2007) afirma que, enquanto estratégia metodológica para produção sociológica do conhecimento, os fatos sociais devem ser tratados como coisas, depurados das prenoções que podem contaminar a produção sistemática do conhecimento, pois as mesmas são carregadas de valores morais e imbuídas por dinâmicas subjetivas que velam a realidade objetiva.

Em oposição a total imparcialidade na produção do conhecimento sociológico, Weber (2001) desenvolve sua abordagem sociológica destacando a impossibilidade de

¹É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (Durkheim, 2007, p. 13).

excluir completamente os valores no que tange à produção do conhecimento sociológico, visto que o próprio o objeto da Sociologia é histórico, complexo e multável.

Neste ínterim, o autor supracitado entende que a realidade social deve ser analisada a partir da ação social² dos indivíduos em suas interações sociais. O papel do sociólogo deve ser perpassado pelo desenvolvimento de metodologias que dialoguem com essa dinâmica num esforço para compreender a realidade social a partir dos sentidos que os próprios indivíduos atribuem as suas ações. É importante situar que Weber (2001) destaca a importância da objetividade nesse processo, como estratégia para assegurar a cientificidade no que tange à produção do conhecimento nas ciências sociais, entretanto, o uso da ação social enquanto estratégia metodológica permite compreender as múltiplas camadas dos objetos sociológicos.

Segundo Weber (2001), embora os valores direcionem inicialmente o olhar do sociólogo, visto as relações que este estabelece com fatores históricos e culturais de sua época, faz-se necessário que o mesmo estabeleça critérios conceituais específicos, construindo tipos ideais, com os quais poderá, através de comparações com a realidade concreta, apreendê-la de forma objetiva. Os tipos ideais weberianos podem ser utilizados como ferramentas metodológicas para a compreensão dos mais variados objetos sociológicos. Por exemplo, é possível apreender as configurações, os sentidos e significados atribuídos pelos indivíduos a um bordel, assim como a uma igreja ou qualquer outro objeto investigado pelo/a sociólogo/a.

Vale destacar que o referido autor observa que o tipo ideal não consegue apreender a realidade em sua totalidade e, essa impossibilidade, reforça o caráter objetivo da produção científica. A realidade concreta, conforme Weber (2001), ultrapassa as fronteiras analíticas da tipificação ideal, sendo esta estratégia metodológica um modo de aproximação da realidade e um modo de compreender as suas camadas, bem como as relações estabelecidas no contexto investigado.

2. ÉMILE DURKHEIM: fato social e a objetividade nas ciências sociais

A objetividade na produção do conhecimento sociológico para Durkheim

²A partir das contribuições de Moraes, Maestro Filho & Dias (2003), preocupado com o problema da ação, Weber desenvolveu o conceito de ação social, objetivando compreender os sentidos que os indivíduos atribuem as suas ações nas relações estabelecidas. Assim definiu a Sociologia como ciência da ação social.

relaciona-se intrinsecamente à visão de neutralidade do sociólogo em relação ao objeto analisado. Segundo Silva (1996), Durkheim concebe a sociedade, expressão concreta da consciência coletiva, enquanto obra dos indivíduos, como fato social. Porém, destaca o caráter de exterioridade, impondo-se aos mesmos de forma imperiosa, revelando, assim, o seu caráter objetivo, não sendo, portanto, produto das consciências individuais isoladamente.

Nesse sentido, segundo Durkheim (2007), a sociedade, enquanto construção relativa à consciência coletiva, torna-se maior do que as suas expressões individuais, bem como exerce uma força coercitiva que situa os indivíduos a partir de valores, hábitos e costumes culturais no tempo e no espaço. Neste sentido, a consciência coletiva determina o modo de pensar, sentir e agir dos indivíduos, garantindo a coesão do tecido social. Vale salientar que essa coerção, embora atue de forma sofisticada nas tramas das relações cotidianas, aparece de forma mais poderosa quando os sujeitos tensionam as linhas delimitadas pelas regras morais instituídas socialmente.

Durkheim (2007) concebe a sociedade como um organismo, no qual as instituições desempenham papéis específicos na manutenção e organização da vida social, estabelecendo o equilíbrio. Desta feita, evidencia-se que, em caso de mau funcionamento dessas instituições, a sociedade entra em processo de anomia³ fornecendo bases para a sua desagregação, ganhando expressão nas consciências individuais, como ocorre nos casos de elevação dos casos de suicídio como aparece em Durkheim (2000).

Nessa perspectiva, Durkheim (2007) destaca a relevância da educação no processo de internalização e naturalização das regras sociais, produzindo indivíduos que não questionem os valores morais estabelecidos socialmente. Assim, as regras são traduzidas em hábitos naturalizados e o peso da coercitividade torna-se imperceptível. Como afirma (Silva, 1996, p. 22): “Os indivíduos internalizam essas regras morais através da educação e da coerção e passam a desejá-las, almejando apenas o que é consenso na sociedade, ou seja, sendo o homem que condiz com os interesses da sociedade de sua época”.

³Segundo Durkheim (2000), ausência de regras morais que possam estabelecer o equilíbrio através de limitação coercitiva exercida sobre as paixões individuais. Estado de desregramento.



No tocante à análise dos fatos sociais, segundo Durkheim (2007), o sociólogo precisa estabelecer regras que assegurem a imparcialidade de sua observação. Nesse intuito, interpretando o sentido que o autor atribui quando menciona regras de imparcialidade, leva-nos a compreender que se refere à conduta do cientista ao sugerir que este deve despir-se de todos os valores e prenoções, uma vez que a intromissão das falsas evidências que dominam o espírito vulgo velam os objetos e produzem ideias sobre eles.

Ao analisar as ideias e não os objetos propriamente ditos, ou seja, os fatos sociais, não se faz uma ciência da sociedade, mas uma análise ideológica que nada possui de objetivo. Assim:

É preciso, portanto, que o sociólogo, tanto no momento em que determina o objeto de suas pesquisas, como no curso de suas demonstrações, proíba-se resolutamente o emprego daqueles conceitos que se formaram fora da ciência e por necessidades que nada tem de científico (Durkheim, 2007, p 32-33).

Nesse aspecto, o referido autor chama atenção para os papéis desempenhados quando se assume funções sociais de esposo/a, filho/a, irmão/ã, etc., como sendo expressões das forças sociais que imprimem sobre os sujeitos seu poder de coerção. Assim, o sociólogo precisa analisar as regras que condicionam esses papéis, estabelecendo regularidades que possam ser mensuradas através da elaboração de leis causais universais, não a dimensão subjetiva ou ideias criadas sobre essas manifestações. Isso significa, na prática, que o sociológico deve privilegiar a análise das regras que compõem esse processo, considerando-as exteriores aos indivíduos, bem como regulando as suas manifestações subjetivas.

Em consonância com Young & Muller (2007), Durkheim argumenta que os critérios subjetivos jamais serão adequados como critérios cientificamente válidos, reforçando a sua concepção de neutralidade na produção do conhecimento científico em termos de regras gerais e exteriores, afastando-se de qualquer influência valorativa. Logo, os fenômenos sociais devem ser analisados separados da consciência dos sujeitos, como coisas exteriores, pois é dessa forma que eles se apresentam.

Segundo Durkheim (2007), as investigações científicas devem partir da premissa de que o seu objeto pertence a um grupo determinado de fenômenos e que estes precisam ser definidos sistematicamente. O sociólogo, primeiramente, deve definir os

fatos a que esses fenômenos se referem, definindo as dimensões de suas análises, assim como construindo metodologias adequadas para abordagem do objeto investigado do ponto de vista sociológico.

Nesse sentido, em consonância com as palavras do autor, deve-se partir das propriedades inerentes aos objetos analisados, recusando qualquer intromissão das ideias do espírito vulgo. Partindo de caracteres suficientemente exteriores e visíveis de forma imediata, pois os mesmos garantirão uma base sólida para a construção objetiva do conhecimento e apontarão o caminho para avançar em camadas mais internas. Nessa perspectiva:

*Jamais tomar por objeto de pesquisas senão um grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhes são comuns, e compreender na mesma pesquisa todos os que correspondem a essa definição. Por exemplo, constatamos a existência de certos números de atos que aparecem, todos, o caráter exterior de, uma vez efetuados, determinarem de parte da sociedade essa reação particular que é chamada de pena. Fazemos deles um grupo *sui generis*, ao qual impomos uma rubrica comum; chamamos de crime todo ato punido e fazemos do crime assim definido o objeto de uma ciência especial, a criminologia (Durkheim, 2007, p. 36, grifos do autor).*

Durkheim (2007) chama atenção para que a produção do conhecimento sociológico parta de caracteres exterioridades dos fatos analisados que são dados ao cientista pela sensação, não pelos conceitos. São os dados sensíveis que a ciência deve tomar emprestado como elementos de suas definições iniciais, abandonando todos os conceitos que foram formados fora dela.

Porém as sensações apresentam caráter demasiadamente subjetivo, podendo contaminar a produção do conhecimento científico. Nessa perspectiva, Durkheim (2007) argumenta que assim como as ciências naturais afastam os dados sensíveis num esforço para garantir a objetividade, o sociólogo precisa tomar as mesmas precauções, garantindo maior fixidez aos caracteres exteriores que definem o objeto de suas pesquisas. Neste aspecto, o sociólogo francês argumenta que a condição de toda a objetividade é a existência de um ponto de referência constante e idêntico, do qual a sua representação garante a eliminação das variações subjetivas.

Parindo dessa premissa, Durkheim (2007) postula que o sociólogo, ao empreende a exploração dos fenômenos sociais, deve esforçar-se para considerar o lado

em que estes se apresentam isolados das manifestações individuais. Assim, num esforço para garantir a produção metódica do conhecimento científico sobre alicerces firmes, o reino social precisa ser apreendido sobre o que se mostra mais aberto a essa investigação.

Pela compreensão do autor em análise, apenas dessa forma será possível levar adiante a pesquisa e, por trabalhos de aproximações cindir, aos poucos, a realidade social da qual o espírito humano, em suas limitações, talvez jamais possa dominar completamente.

3. MAX WEBER: o tipo ideal e a objetividade na produção do conhecimento nas ciências sociais

Para Weber (2001), na produção do conhecimento sociológico, objetividade não se configura como sinônimo de neutralidade, tendo em vista que a própria construção dos objetos de investigação é permeada por direcionamentos valorativos, direcionando os campos de interesse a serem investigados. Esse direcionamento relaciona-se com fatores culturais e históricos que se articulam e se transformam. Outro fator relevante para pensarmos a impossibilidade de neutralidade apontado na sociologia weberiana é a imersão do cientista social como parte constituinte do seu objeto de investigação, a ação social.

A partir das contribuições de Brichetto (2014), é possível compreender que a ação social para Weber é o objeto material da Sociologia. Toda ação social encontra-se carregada de elementos subjetivos e dotada de caráter racional, portanto passível de interpretação e compreensão objetiva a partir de suas significações representadas em um espaço social e cientificamente construído. Por esse ângulo, percebemos que a ação social se relaciona com outras ações, através de representações e significações atribuídas pelos indivíduos dentro de culturas específicas.

Segundo Costa (2011), embora Weber refute a concepção de neutralidade como fundamento para a produção do conhecimento nas ciências sociais, o sociólogo alemão faz a distinção entre *juízo de fato* e *juízo de valor* objetivando evidenciar as fronteiras que permeiam a produção do conhecimento científico.

Weber (2001) afirma que os juízos de valor são importantes na definição e direcionamento do olhar do pesquisador, porém trata-se de uma cosmovisão

desprovida de caminhos metodológicos que tenta esconder os elementos incômodos da realidade. Os juízos de fato partem do saber objetivo que se caracteriza pelo emprego de pressupostos determinados e reconhecidos por toda comunidade científica, a partir de demonstrações metodológicas consideradas corretas nas ciências sociais, aceitas como produção legítima por outros cientistas espalhados pelo mundo.

Embora o teórico conceba a validade do ordenamento metodológico-conceitual da realidade empírica como ponto fundamental para o reconhecimento do conhecimento por outros cientistas, o sociólogo alemão não empreende a construção de uma universalidade positiva, visto que os mesmos não precisam concordar com o conteúdo apresentado, mas devem reconhecer a legitimidade científica em termos de apreensão metodológica do fenômeno analisado.

Nesse sentido Weber (2001) faz uma crítica às conexões causais e a elaboração de leis gerais para compreender as dinâmicas sociais, visto que as mesmas não conseguem apreender as especificidades dos objetos analisados. Neste contexto, o referido autor compreende que o objeto das ciências sociais é histórico e mutável. Assim, a elaboração de leis universais não poderia obter sucesso na investigação dos fenômenos sociais, pois a heterogeneidade do seu objeto não poderia ser mensurada exatamente a partir de leis causais. Ainda ressalta que os problemas investigados pelas ciências sociais ou da cultura aparecem a cada instante e permanecem em estágio de transformação constante.

Weber (idem) enfatiza a impossibilidade de extrair completamente os valores das análises científicas, pois sempre existe parcialidade no que toca às análises dos fenômenos sociais, portanto, alguns pressupostos se fazem presentes nesse processo. No entanto, o autor apresenta o tipo ideal como recurso metodológico, construído enquanto *tipo puro*, que poderá ser comparado à realidade concreta e assim extrair dela elementos objetivos da ação social, que segundo ele, se configura como objeto de investigação das ciências sociais.

A partir das contribuições de Weber (2001), podemos afirmar que não existe um tipo ideal, mas tipos ideais que são construídos para analisar fenômenos culturais específicos, enfatizando o fato de que estes não são construções avaliadoras, mas estratégias metodológicas de análise da vida social.

Costa (2011) afirma que o tipo ideal não tem pretensão de se tornar uma teoria

geral, visto que perderia as particularidades da realidade concreta. O conceito de tipo ideal relaciona-se a compreensão rigorosa não do que se apresenta de forma genérica, mas das especificidades presentes nos fenômenos culturais.

Nessa perspectiva, Weber (2001) afirma que o tipo ideal é um conceito intelectual utilizado como ferramenta capaz de medir e caracterizar sistematicamente as relações sociais, evidenciando as suas especificidades. Ressalta-se, nesta perspectiva, que o tipo ideal é “menor” que a realidade analisada e, essa limitação revela-se objetiva, pois evidencia o caminho percorrido na análise dos fenômenos sociais.

Logo, o tipo ideal, enquanto ferramenta metodológica, fornece condições para apreensão da realidade objetiva. Através de comparações, os elementos da realidade social podem ser analisados, porém isso não se inscreve num princípio de neutralidade do cientista, revelando o papel do mesmo no que toca às análises realizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do conhecimento científico relaciona-se a construções metodológicas como parte integrante de sua lógica, configurando-se como exigência para a produção de discursos considerados válidos e reconhecido socialmente. As abordagens metodológicas, além de assegurar a objetividade na produção do conhecimento científico, estabelece o caminho a ser percorrido para alcançar essa finalidade.

Concebemos relevante evidenciar que, por mais rigorosos que sejam os mecanismos metodológico-conceituais utilizados para assegurar a objetividade na produção científica do conhecimento, especificamente aqueles que partem da premissa da exatidão, neutralidade e imparcialidade, apresentam incompletudes e limitações, fornecendo bases para questionamentos e críticas à tese de neutralidade absoluta no que toca à produção científica do conhecimento.

A produção científica do conhecimento é perpassada por limitações e influências históricas, culturais, especificamente no campo das ciências sociais. Nesse sentido, as etapas da pesquisa, a construção do objeto, entre outros fatores precisam ser pensados como partes constituinte da investigação que influenciam os seus resultados. Essa dinâmica necessariamente não quebra com a produção sistemática do conhecimento objetivo, mas admite que existem limitações e que elas precisam ser apreendidas como

parte do processo investigativo.

Portanto, concebemos relevante levantar essa discussão sobre objetividade na produção do conhecimento nas ciências sociais, num esforço para contribuir com o debate e ressaltar a releitura de clássicos da Sociologia como parte importante na construção científica dessa área do conhecimento. Trata-se de um processo histórico que ganha novas contribuições, porém os clássicos se configuram como pilares de onde partiram as bases para produção atual. Como diria Isaac Newton: “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”.

REFERÊNCIAS

- BRICHETTO, Mário R. La sociología como ciencia de la acción social. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá – Colombia, v. 37, n. 2, p. 189- 209, jul./dic. 2014.
- COSTA, Jean H. Max Weber e a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura: um breve guia para o texto A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política (1904). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 120, p. 175 - 185, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: Estudo de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MORAIS, Lúcio F. R.; MAESTRO FILHO, Antônio D.; DIAS, Devanir V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-71, abr./jun. 2003.
- OSTERNE, Maria do Socorro. F.; BRASIL, Glauécia M; ALMEIDA, Rosemary O. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 152-170, jan./mar. 2013.
- RODRIGUES, Léo P.; NEVES, Fabrício M.; ANJOS, José Carlos. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da Ciência contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 41, p. 24-53, jan./abr. 2016.
- SILVA, Ileizi Luciana F. O PROBLEMA DA OBJETIVIDADE E DA SUBJETIVIDADE NAS TEORIAS SOCIAIS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS: um debate necessário. **Revista Mediações**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 21-26, jul./dez. 1996.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.



**FATO SOCIAL E TIPO IDEAL: a objetividade na produção do conhecimento nas ciências
sociais**
Sales et al.

YOUNG, Michael; MULLER, Johan. Verdade e veracidade na sociologia do conhecimento educacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45, p. 159-196, jun. 2007.